

ENTREVISTA COM O PROFESSOR DR. EDGARD ASSIS CARVALHO (PUC/SP)**PESQUISA: ARQUEOLOGIA DA NOÇÃO DE PATRIMÔNIO ETNOGRÁFICO.**

DATA: 18 DE MARÇO DE 1999, 15:30.

LOCAL: Pontifícia Universidade Católica – Monte Alegre – Perdizes – São Paulo.

ENTREVISTADOR: Alexandre Fernandes Corrêa¹.

APRESENTAÇÃO: Entrevista com o Prof. Dr. Prof. Edgard de Assis Carvalho da PUC/SP. A entrevista trata principalmente do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT). O professor foi presidente deste órgão preservacionista na década de 1990. No período em exerceu este cargo algumas decisões importantes ocorreram no Colegiado. Cabe lembrar especialmente das polêmicas em torno do tombamento do Terreiro de Candomblé Axé Ilê Obá em Jabaquara. Nessa entrevista entre outros pontos interessantes temos a oportunidade de compreender melhor as idéias do professor Prof. Edgard de Assis Carvalho, principalmente no que tange as relações entre antropologia e política preservacionista. Ultimamente acompanhamos com interesse a sua aproximação com o pensador francês Prof. Edgard Morin e seus textos e publicações sobre a Epistemologia da Complexidade.

Pesquisador – Sabemos que sua posição é crítica ao conservadorismo dominante no CONDEPHAAT/SP, onde o Sr. vê predominar a visão cartesiana e o velho paradigma ocidental. Em certa ocasião o Sr. colocou em poucas palavras que neste órgão impera uma visão limitada das coisas. Pelo que observamos hoje, mais do que há alguns anos atrás, a situação é ainda mais complicada, não é?

Prof. Edgard – Pois bem... Tem um negócio nas coisas de patrimônio histórico que vem desde a criação do IPHAN² em 1937, foram todos criados nas ditaduras, não é mesmo? Uma coisa que parece até meio paradoxal, mas enfim, foram, tanto o órgão estadual como o federal também. Quando você lê o dispositivo no artigo da constituição federal e também da estadual, que simplesmente reproduz aquele texto com pouquinhos diferenças, você acha que o conselho do patrimônio poderia funcionar adequadamente, do ponto de vista da letra constitucional. Mas no fundo, não é nada disso, tanto no federal, no estadual e no municipal, tudo vai ao bel sabor das injunções políticas. Você lê a matéria do

ministro Francisco Weffort na revista Bravo de janeiro (1999) sobre a idéia de cultura, é um negócio lamentável! Quando você transplanta esta idéia para o patrimônio histórico, cultura como coisa de mercado... Então, em relação ao CONDEPHAAT é isso que acontece. É o problema da composição, é um conselho muito universitário demais...

Pesquisador – Acadêmico, academicista?

Prof. Edgard – É no sentido academicista. Porque se você pensar bem, só as universidades estaduais, isto é, USP, UNICAMP e UNESP, tem 4 representantes cada uma, só aí você já tem 12, não é? São os representantes dos departamentos de Ciências Sociais, História, Geografia e Arquitetura, você multiplica por 3 dá 12. E depois você tem CNBB, IAB, Cúria Metropolitana, então ele tem um problema sério na composição. A sociedade civil deveria estar mais presente, por que lá tem todos os vícios de uma reunião de departamento, do ponto de vista da execução. Mas para mexer na composição tem que mexer na lei, numa outra lei, pa-pa-pa, projeto na Câmara, pa-pa-pa, e aí vai e não se mexe nunca...

Pesquisador – Nestes 30 anos qual foi o momento mais significativo, ou mais marcante...

Prof. Edgard – Momento de uma virada?

Pesquisador – De uma tentativa de sair deste esquema fechado...

Prof. Edgard – Mesmo com esse esquema são trinta anos de CONDEPHAAT... Editaram um livro *Trinta anos do Patrimônio Cultural de São Paulo*. Ali dá para você ver mais ou menos o resultado da política preservacionista em 30 anos. É pífio o resultado para 30 anos...

Pesquisador – A edição é sumária, tem apenas uma fotografia do bem tombado e um pequeno texto...

Prof. Edgard – Essa edição para sair como está - as técnicas do CONDEPHAAT, que conheço bem, fincaram pé que era para fazer aquilo - foi uma dificuldade danada! Mas você olha o Estado de São Paulo no mapa, que esta nesta publicação. Vê-se a “mancha da preservação”, na medida que o Estado avança na direção das fronteiras, a mancha vai acabando, isso sinaliza uma coisa grave. Em 30 anos o resultado é pífio, mas por outro lado, se instituiu um certo compromisso com a idéia de que é preciso preservar alguma coisa, não é?

Pesquisador – O Sr. tomou posse na presidência do Conselho em 1989?

Prof. Edgard – Foram os últimos anos do governo Quéricia, 89-91, dois anos e pouco, eu peguei o final de outro secretário de cultura e depois segui... eu acho que muita gente com quem as vezes eu converso, sempre pergunta isso, se eu pudesse resumir, a intenção que tive, com 2 anos na presidên-

cia, foi no sentido de trabalhar politicamente, ou seja, na extensão do ideal preservacionista, lutar politicamente por isso e cognitivamente tentar acabar com a fronteira da natureza com a cultura, ou seja, colocar que preservação é também bio-cultural, não é só cultural...

Pesquisador – Existem variadas resistências a esses ideais. Grosso modo poderíamos colocar de um lado a posição do professor Aziz Ab’Saber, que tem uma visão dualista...

Prof. Edgard – No programa da TV Cultura dá para ver isso, não sei se você viu as Oficinas Culturais na TV Cultura?

Pesquisador – Vi sim... Mas estou me referindo também a uma entrevista que fiz com Prof. Aziz, entre outras coisas ele disse que o CONDEPHAAT às vezes tem atitudes que considera bobas, como por exemplo, essa questão do patrimônio etnográfico, ele acha uma tolice isso...

Prof. Edgard – Não sei o que ele está chamando de patrimônio etnográfico exatamente?

Pesquisador – Como exemplo ele se referiu ao processo de tombamento do Terreiro de Candomblé. Ele acha que não deveria ter tombado, falou do Parque do Povo e Picinguaba. Na verdade ele ironizou toda esta preocupação...

Prof. Edgard – Nós divergimos diametralmente, acho que ele está equivocado... Aliás, esse programa da TV Cultura³, como te falei, é matéria de pesquisa obrigatória... Esse programa é interessante pelo seguinte, eu freqüentei uns dias a produção, eu fiz um *pré-texto* de algumas páginas. A empresa estava fazendo a matéria, foram dois programas sobre patrimônio histórico, 10 de teatro, 5 de cinema, 1 de dança. O patrimônio histórico é o patinho feio teve apenas 2, mas os criadores capricharam, a gente trabalhou muito bem junto. Enfim, tem uma entrevista do Aziz, que ele toca nesse assunto. No fundo a idéia de que a preservação deve seguir separada. Vejamos o caso: quando se preserva um terreiro de candomblé, você está preservando o quê? O imaterial? Essa separação entre o imaterial e o material, entre o tangível e o intangível, concreto e o abstrato, entre o natural e o cultural... É o que expressa essa maneira de pensar cartesianamente...

Pesquisador – Isso se manifesta no uso do instituto do tombamento, da cautela de proteção jurídica...

Prof. Edgard – Claro que há na legislação de preservação uma série de medidas que não se restringem ao tombamento, proteção, etc. Uma série de outras medidas, inclusive que seriam mais acautelatórias, mas isso não está em questão. O tombamento continua um instrumento legal de preservação. Então veja, isso se parece com a questão dos Alcatrazes, que é área tombada da Serra do Mar. Alcatraz é onde a Marinha faz os exercícios de treinamento de tiro. Conclusão: estavam acabando com os pássaros. As entidades

preservacionistas, tipo Mata Atlântica, todas essas ONG'S e a sociedade civil, estavam contra, lutando pela suspensão dos tiros. Uma briga interessante com o ministro da Marinha, mas complicado, por que ele achava que o treinamento deveria ser feito lá de qualquer maneira... A ilha de Alcatraz é perto da ilha Bela, é um arquipélago, é lindo, eu sobrevoei de helicóptero. Então, há uma contradição que não é política, mas que é cultural mesmo. Os mesmos órgãos de legislação, os Conselhos, o CONSEMA, que é o conselho estadual do Meio Ambiente e o CONDEPHAAT são duas entidades que, por exemplo, na minha gestão houve casos em que os dois órgãos protetores, um da Natureza e outro da Cultura, se topavam. O próprio aparato estatal, o aparelho como diz Castoriadis, não se entende, quem perde com isso é a Natureza e a Cultura, ou a Bio-Cultura se quiser. Isso tem brigas sérias no Conselho, o Aziz, por exemplo, que numa das questões de preservação, que não lembro bem exatamente, tem essa posição a respeito do bem tangível e do bem intangível, da natureza e da cultura. Na verdade em preservação deve haver uma mudança de paradigma, uma reforma do pensamento. Não adianta, se você não reforma o reformador, que é como o Marx dizia nas teses contra Feuerbach: “primeiro tem que educar os educadores!” Tem que educar os reformadores, porque se não a coisa não anda...

Pesquisador – Atualmente a situação do CONDEPHAAT é ainda pior?

Prof. Edgard – Nunca gostei de usar a palavra pior, ou melhor. Não sei te dizer...

Pesquisador – Há um desmantelamento do aparato institucional, um estado precário de...

Prof. Edgard – Sempre foi assim historicamente precário. Nunca teve verba, às vezes não tinha papel, continua isso...

Pesquisador – Mas não teve uma época que era mais...

Prof. Edgard – Na gestão do secretário da Cultura, que eu não lembro bem o nome, houve um momento de dignidade...

Pesquisador – Foi na década de oitenta...

Prof. Edgard – Será que foi Jorge Cunha Lima... No livro de comemoração dos 30 anos⁴, tem todos os presidentes, os secretários, mas eu acho que teve um período, por exemplo, a coisa da avenida Paulista, da noite de São Bartholomeu, quando derrubaram os casarões! Foi interessante porque o CONDEPHAAT assumiu um papel perante a opinião pública. Vazou a informação de abertura do processo de tombamento - numa noite acabou tudo! E aí houve uma reação muito forte da população...

Pesquisador – Mais essa ação não foi mais municipal do que estadual, não foi na gestão de Erundina?

Prof. Edgard – Não, a chamada Noite de São Bartholomeu foi

antes! Na Prefeitura foi a questão da Casa Matarazzo, eu estava na Presidência do CONDEPHAAT nessa época.

Pesquisador – O projeto original era de um Museu do Trabalhador...

Prof. Edgard – Quando eu tomei posse os donos tinham implodido a casa. Só que a estrutura era tão forte que não caiu, a bomba não foi colocada, segundo os peritos, na posição certa, ficou a metade das paredes e a casa ficou em pé. Fui lá e ainda dava para andar dentro da casa. A parte da cozinha, que era no subsolo, é que ficou arrasada. Então, no governo da Erundina teve esta coisa grave! Outra briga no Conselho foi o tombamento dos bairros do Pacaembu, Jardins e agora a City Lapa. O Pacaembu foi tombado na minha gestão, foi um negócio trágico, na época houve ameaças da especulação imobiliária. Eles querem arrasar a cidade, quanto mais arrasado melhor, ganham mais dinheiro, investem mais. Eu acho que o tombamento dos bairros foi uma coisa importante. Se eu pudesse tombava todos os bairros, acabava com esta coisa, por que tem especulação demais! O Pacaembu e o Jardins, por exemplo, você olha lá de cima da Paulista, no prédio do Conjunto Nacional, no apartamento da síndica - que é outra pessoa interessantíssima, preservou o CN, e conseguiu colocar o prédio agora como ele era na época da inauguração, só não colocou o Restaurante Fasano, por que não teve condições. Ele estava totalmente degradado, mexem nas fachadas como querem... A síndica fez de uma forma que praticamente o prédio está como na inauguração. Eu visitei o apartamento dela. Dá para ver os Jardins: é aquele verde! Se o bairro não tivesse sido tombado, aquilo não existiria mais! Até a avenida Estados Unidos tem prédios, depois não. Isso significa o quê? Mais ar para a cidade! Igual o Pacaembu, o tombamento deste bairro é Bio-Cultural, garantir que se respire um pouco mais. Então, eu acho que isso é política urbana, é uma concepção de urbanização, que não é predatória...

Pesquisador – O CONDEPHAAT tem um instrumento legal que bloqueia a ação da especulação...

Prof. Edgard - Não é que ele bloqueia, tudo depende de como é feito o processo. Por exemplo, o caso da City Lapa, eu sou o relator do processo, passou, foi aprovado. Uma vez aprovada a abertura do processo, teoricamente nada pode ser feito, a não ser que seja submetido ao crivo do conselho. No tombamento da City Lapa, os estudos deverão terminar daqui uns cinco ou seis anos no mínimo! Tem que ser feito o levantamento do bairro inteiro, rua por rua, casa por casa. Com aqueles gatos pingados que tem lá nos departamentos do CONDEPHAAT, é praticamente impossível sair logo. O Pacaembu a gente fez até que rápido o tombamento! O conselho aprovou e foram feitos os trabalhos. Mas era um pouco isso, o problema central é: como vai se tomar um bairro? Não faz sentido para muitos! Sabe-se que a política de preservação não é

expansionista, é preservacionista, não é quantitativa e sim qualitativa. A cabeça dessas pessoas ainda está no paradigma fragmentador... Se no conselho é complicado, imagina fora dele?

Pesquisador – Isso quer dizer que no Conselho estariam em tese as pessoas mais abertas...

Prof. Edgard – Deveria ser...

Pesquisador – Nestes trinta anos do IPHAN, a trajetória de preservação, os instrumentos legais e jurídicos, dá para sentir que quando surgem os chamados “novos patrimônios”, como bares, terreiros, parques de lazer, árvores, etc., parecem que colocam em cheque, de uma maneira ou de outra, aquele receituário dos sessenta anos do IPHAN, no sentido destes instrumentos de preservação, não há uma sensação de esgotamento disso?

Prof. Edgard – Acho que o paradigma está esgotado. Se você pega uma arqueologia da preservação, você tem a *fase heróica* de Rodrigo de Mello Franco, até a *fase científica* de Aloísio de Magalhães - que tinha uma visão interessante do ponto de vista paradigmático, não era só monumento, o monumentalismo do bem tangível, ele tinha uma cabeça não cartesiana, vamos dizer...

Pesquisador – Infelizmente foi curta a passagem dele, com ações inovadoras...

Prof. Edgard – Muito curto o período... daí para cá, a gestão de Glauco Campello, foi uma gestão frágil de ações e de proposições. O IPHAN tem que ser propositivo, como não tem pessoal executor, tem que propor. E, paradoxalmente, nos governos democráticos não aconteceu nada...

Pesquisador – O terreiro da Casa Branca, foi tombado com um “voto de Minerva”, ficou três à três empatada a votação, quase que não se tomba...

Prof. Edgard – Quase que não tomba! Quer dizer, essa coisa dos bares, no Rio de Janeiro tem uma tradição de bares criados no final do século XIX e início do XX, o bar Luis, por exemplo, é de 1897! É um bar tombado, eu vou ali todo mês, vou sempre! Quer dizer, tem uma aura, é aurático, no sentido de Benjamin! As pessoas vão lá, não vão ver se a mesa está igual, vão viver...

Pesquisador – Nesses casos podemos falar de novas categorias patrimoniais, teríamos um patrimônio afetivo, que não é contemplado no decreto-lei n. 25/37, por exemplo. Lá não tem um “patrimônio afetivo” da população! Aparecem categorias antropológicas como a do bem de valor histórico, etnográfico, arqueológico, paisagístico... De certa forma, podemos falar que há um esgotamento deste paradigma, certo? Não estaríamos hoje com a tarefa de nos voltarmos para uma mudança, o que talvez constitua a verdadeira preservação, que é

o de resgatar estas categorias, como afetividade, sentimento, etc., que aparecem nestes “novos patrimônios”?

Prof. Edgard – Sem dúvida, sem dúvida... Acho que as coisas que a gente fala na teoria - que a razão e a sensibilidade estão juntas, que fazem parte do mesmo processo - elas teriam que contaminar a política cultural. A cultura não é isso que o ministro Weffort está dizendo que ela é, não é mercadológico só, há outros valores, como esses que você está dizendo, do afetivo...

Pesquisador – A boêmia, o lazer...

Prof. Edgard – A memória não é só feita de coisa materiais, não é? Ela é feita de elementos que são imateriais também, que não são palpáveis. É o que acontece com o bar Lagoa, ele está lá, eu brinco que vai tombar os garçons também, esses bares todos têm garçons históricos, que se mantém lá no sentido mesmo de um elo que é afetivo. O Rio de Janeiro, pela própria geografia da cidade, pela exuberância da arquitetura, tem um pouco mais disso, entra mais na população. A solução do Corredor Cultural, por exemplo, é uma boa solução para o Centro da Cidade. Eu não tenho dúvida, o Centro Cultural Banco do Brasil, da Ligth, o Paço Imperial... O IPHAN fez uma coisa interessantíssima, como o passeio pelas Igrejas. Fez duas vezes, devia fazer todo domingo, foi muita gente, fazendo passeio por todas as igrejas barrocas do Rio, como a de São Bento, etc., e outros lugares também. Ficou cheio de turistas! E com turistas mais sensíveis - quem não quer conhecer o bar Luis? Além das Igrejas Barrocas...

Pesquisador – Ir além dos bens já consagrados...

Prof. Edgard – O patrimônio é um pouco isso! Há os consagrados, claro, as igrejas barrocas, são bens tombados, tem uma visibilidade muito forte, um apelo. Mas há outros que o apelo não é tão forte assim. Quer dizer, e ainda tem o problema da reutilização, o bem tombado é um pouco isso, ele é algo em atividade. A região do Centro Cultural do Banco do Brasil, o prédio foi fundado em 1808! Você olha aquele negócio lá, como ficou, com o teatro, os cafés, os *coffee shops*, que todo mundo vai, de acordo com o horário! A cidade com a violência que está, tudo termina cedo, 10 horas esta encerrada, mas durante o dia o CCBB esta lotado de gente, sempre, sempre cheio! Toda aquela “mancha cultural” do Rio ali no Centro, na Candelária, esta sempre cheio! O Centro Cultural Banco do Brasil, da Ligth, Paço Imperial! É uma coisa de incentivos fiscais também, por exemplo, na recuperação de fachadas, acho que o Governador Garotinho vai manter isso, esse desconto enorme no IPTU, de quem restaurar as fachadas. Você tem que mostrar para o proprietário, que o bem histórico tem valor imaterial. Fazendo isso esta contribuindo para a memória da cidade. Há sucessos no Rio, como na rua do Lavradio, algumas ruas no Centro, na

restauração das fachadas, na reutilização do bem...

Pesquisador – Voltando ao instituto do tombamento. O professor e advogado M. Carvalhosa numa entrevista feita no Jornal da USP deste mês, pela ocasião do tombamento definitivo do Museu Paulista (1999), fala de uma política neoliberal e mercadológica que coloca em risco a “desregulamentação” da figura do tombamento legal. Minha pergunta é como escapar disso, não cair na jogada do neoliberalismo, e ao mesmo tempo fazer com que a discussão avance?

Prof. Edgard – Eu acho que o governo atual não vai propriamente “desmoralizar” o tombamento... Quanto ao que Modesto Carvalhosa chama na entrevista de “desregulamentar” o tombamento, acho que isso já está acontecendo! O IPHAN hoje - hoje, que eu digo, é depois desta última indicação - é um cargo que está muito frágil; é um instituto que perdeu sua importância, pois esse projeto MONUMENTA do BID, ficou na alçada de ministério...

Pesquisador – São 200 milhões de dólares... E o interesse deles é que liberem os Centros Históricos para se construir hotéis, cassinos, etc. É a visão que pregaincrementando o desenvolvimento e a geração de empregos através do turismo dito cultural...

Prof. Edgard – É um banco... A visão deste projeto MONUMENTA, não é só mercadológica e neoliberal, mas do ponto de vista da preservação é anti-preservacionista. Por que a função dos 200 milhões é recheiar o entorno, favorecendo... É, eu não tenho nada contra os cassinos, embora não jogue! Eles já existem, o da cidade mineira de Caxambu está pronto, abre logo isso! Não vai mexer em coisas que deveriam ser verbas cada vez mais definidas para a manutenção destes Centros Históricos, que em alguns lugares são bem sucedidos e em outros não. O Carvalhosa diz uma coisa aqui que é interessante: “as forças do mercado é que vão determinar o que deve ou não ser preservado”. Se você lê “as forças livres do mercado”, a expansão nas mãos da especulação imobiliária, realmente, desta forma, o tombamento vai ficar “desmoralizado”, do ponto de vista político. O Weffort esta dizendo isso mesmo... Aliás eu queria uma cópia dessa entrevista, por que estou relatando o processo do Parque da Independência, que é o parque do Museu. O que a especulação esta fazendo no entorno é incrível... Eu gosto muito do Carvalhosa, me dou bem com ele, acho que o que ele diz aí, é isso mesmo, essa atitude de colocar o projeto BID-MONUMENTA fora do IPHAN, é uma atitude péssima, e aí ele colocou na presidência do órgão um fantoche...

Pesquisador – Isso ainda pode ir mais longe, por que a indústria do turismo promete criar muitos empregos; vão jogar a população contra os preservacionistas. Cada dólar investido na indústria do turismo cria muito mais emprego do que esse mesmo dólar aplicado em

outro setor da economia. Eles estão fazendo uma campanha extremamente bem articulada...

Prof. Edgard – Não tenha dúvida... Segundo o ministro... É isso mesmo o que eles querem...

Pesquisador – Gostaria de num novo esforço voltar a Mário de Andrade. No anteprojeto⁵ original tem uns indicativos interessantes sobre novas posturas de preservação. Ele sugere ações inovadoras, como em relação aos morros do Rio. Ele ofereceu indicativos de práticas menos burocráticas. Mas como o documento teve que passar no Congresso em 1936-7, os deputados limitaram o alcance destas idéias avançadas. Existe uma grande diferença entre o decreto-lei aprovado e o anteprojeto original de Mário de Andrade. Tem um, ponto que gostaria de ressaltar. É o que trata dos chamados patrimônios etnográficos”. Lembro da posição do professor e antropólogo José Jorge de Carvalho da UNB, que num artigo escreve que esta categoria tem um caráter pejorativo, porque expressa um colonialismo interno. Quando a gente diz: - os Guaranis têm umas palhinhas, isso é artesanato étnico, isso é patrimônio etnográfico! Neste caso nós estamos usando uma categoria pejorativa, ou não? O que Sr. acha disso?

Prof. Edgard – Eu não gosto da palavra “etnográfico”, detesto quando se usa esta palavra...

Pesquisador – Na França se trabalha com o conceito de “patrimônio etnológico”, com etnólogos em cada região do país, coisa que nós não temos aqui. O Sr. conhece modelos alternativos de preservação no Mundo hoje?

Prof. Edgard – Eu não conheço o modelo americano. Já o modelo francês, o modelo europeu melhor dizendo, os temas preservacionistas são mais, eu não diria etnológicos, são mais antropológicos na verdade. Lá predomina a idéia de que preservar significa manter e preparar para as gerações do futuro. Preservação não é só o passado, é você preparar para o futuro...

Pesquisador - É uma prospectiva...

Prof. Edgard – É uma prospectiva! E a sociedade européia - quando falo européia estou me referindo a Alemanha, por exemplo - eu vou a Berlim agora em agosto. Eles têm um projeto monumental de preservação, que estão desenvolvendo, no sentido de desenvolver uma imagem da Alemanha, através de construções, de preservação, de elementos, de casa, de ruas, de jardins, de restaurantes, de bares... É um negócio muito amplo, e é com isso que eles ganham no turismo. Não é fazendo hotel, fazendo cassino, colocando as putas lá, não é com isso que eles ganham. Não é por acaso que as regiões de turismo na França - eu conheço este instituto (*Mission du Patrimoine*) na Richelieu, é um

negócio assim, não é por acaso que os turistas vão para o *Louvre*, vão para os Museus, a rua onde morou Sade, a casa onde morou Pasteur. É por que a França sabe que é isso que atrai o turista! Não é por que constrói um prédio de duzentos andares. Esta mentalidade não predomina, e é um país capitalista também, está incluído neste grupo do neoliberalismo. Aqui no Brasil: eu acho que esse pessoal é tão canhestro, que o Weffort, nessa entrevista na revista Bravo, que o Carvalhosa deve ter lido, para dizer isso nessa entrevista de março no jornal da USP, onde o ministro diz - a cultura é mercado! E o tombamento? Todos estão dizendo que é arcaico, que é uma instituição arcaica dos anos 30, que nos anos 90 não precisa disso. Ele não chega a dizer que precisa acabar, mas diz que é arcaico. Não percebem que preservação... Mas eu concordo num ponto, pode haver outras figuras jurídicas que não o tombamento...

Pesquisador – A Constituição Federal sugere isso (Seção II - Da Cultura - Art. 216 - § 1º)...

Prof. Edgard – Claro, esta lá, acautelamento, não sei o que mais, a coisa da obra de arte, esta confusão toda... Há outras medidas que são acautelatórias, no sentido de não colocar o negócio jurídico, a instituição do tombamento. Precisava ser revisto isso, eu até concordo, a luz dos novos desenvolvimentos planetários. Mas com essa cabeça, que parece que contaminou o governo FHC, acho que vai ser complicado mesmo. Por que você percebe que há um esforço, acho que deliberado, com esse negócio do BID, o IPHAN esta sendo esvaziado...

Pesquisador – Não se faz concurso neste órgão há anos...

Prof. Edgard – O Conselho de Notáveis que eles chamam, que tentou, o Carvalhosa inclusive tentou - eu estou falando de uma situação até a esquerda por que o atual presidente do IPHAN é o presidente do CONDEPHAAT, o Carlos Henrique Heck, que assumiu. E já foi complicada na época da escolha dele para o CONDEPHAAT, já foi colocado sob suspeita, ou melhor, com salvaguardas pelas entidades preservacionistas. E agora, ninguém sabe? Claro que sabe, o *lobby* foi do PSDB, mas não tinha lastro. O Carvalhosa, apesar de discordar de algumas posições dele, tem um lastro na história da preservação no Brasil. Talvez tenha sido proposital mesmo, vamos colocar lá o Carlos Henrique Heck: não é nada mesmo! Eu acho que o momento é gravíssimo...

Pesquisador – E o comentário do professor José Jorge de Carvalho, no sentido de que a própria expressão patrimônio etnográfico é realmente inadequada?

Prof. Edgard – Eu acho também... Etnográfico, você pensa na tradição da antropologia. Etnografia é uma coisa como inscrição, meramente descritiva...

Pesquisador – Hoje mesmo não se fundam mais museus

etnográficos no mundo...

Prof. Edgard – Acabou, hoje a realidade é outra. O Museu do Homem, em Paris, tem as coleções arqueológicas. O Museu Britânico... É uma coisa um pouco mais ampla, do que a etnografia pela etnografia, tem que descrever é esta caixa, assim, assim, veio do século XII antes de Cristo. Mas isso aqui tem uma história, que não se esgota nesse elemento, etc, e etc... Tem que etnologizar um pouco mais...

Pesquisador – A UNESCO trabalha com estas duas nomenclaturas mais gerais de patrimônio cultural e natural, a entidade também trabalha fazendo esta cisão?

Prof. Edgard – É, se bem que nos últimos documentos da UNESCO, está começando a juntar estas coisas...

Pesquisador – Desde os anos 30 a gente vem trabalhando com estas categorias antropológicas associadas ao patrimônio, por exemplo, paleontológico, arqueológico, etnográfico, paisagístico, sempre são usadas separadamente. Hoje há uma tendência de se considerar o patrimônio cultural como um conceito mais abrangente, com...

Prof. Edgard – Eu sempre digo no CONDEPHAAT que o patrimônio cultural é natural também, ele é bio-cultural, isso é um outro problema que aparece na legislação, que está nos órgãos federais, no órgão municipal... Para você superar isso: aí é uma outra coisa...

Pesquisador – Além de tudo existe realmente um problema jurídico, se não trabalharmos com aquelas categorias que nos referimos não haverá uma instituição daquilo que se considera patrimônio. Por que o tombamento cultural é muito vago! Lembrando de C. Geertz, são em média 160 definições diferentes do que é cultura, trabalhar juridicamente com um conceito tão vago, pode favorecer os que investem no sentido de uma “desregulamentação” dos tombamentos já efetuados...

Prof. Edgard – É só você adotar uma outra definição, só tem sentido você falar em tudo aquilo que é cultural, como algo que é co-evolutivo com a natureza...

Pesquisador - Teremos que redefinir o conceito, realizar o que o sr. chama de “reforma do pensamento”...

Prof. Edgard – Não tenha dúvida, há um problema conceitual. Uma das coisas da minha gestão que eu não consegui fazer foi uma Cartilha. Eu tinha um projetinho, que era para fazer uma cartilha para imprimir na imprensa do Estado, para incluir nos cursos do primário e secundário, educação cultural, ou patrimonial, não sei mais o nome que eu dava, ensinava o que era cultura - o homem é cultural, mas também é biológico, tananá, tananá, então, dizia que a preservação da memória é prospectiva...

Pesquisador – Hoje já se fala até em “cidadania dos animais”, mas ainda se continua sendo antropocêntrico nestes Conselhos...

Prof. Edgard – Claro, todas estas discussões, ainda são antropocêntricas... No conselho agora, eu estou há duas legislaturas: você tem problemas sérios com cidade. Por que, eu sempre disse e continuo a falar que cabe ao Conselho informar, que existe enquanto órgão público, que foi delegado pela sociedade civil, deve devolver a ela uma concepção. Cartilhas, programas de televisão - as Oficinas Culturais na TV Cultura, é muito interessante, precisa ver estes dois programas que me referi anteriormente. O diretor geral era o Marcelo Tass, então saímos com câmeras e perguntávamos as pessoas. Quase ninguém sabia o que era tombamento. Então, há uma, não vou dizer ignorância: a população não sabe por que não lhes é dito. Aí, eles fizeram uma simulação em computador, bem interessante, perguntava a pessoa que estava passando no viaduto do Chá - se você fosse do governo, o quê que você fazia aqui? Ah! Eu pintava aquele prédio de cor de rosa, e aí digitava cor de rosa. Aquele ali podia derrubar... e aí fazia no computador. Outra vez, interessante foi no Ibirapuera, tinha duas pessoas que sabiam por que era tombado - por que tinha árvore, tinha passarinho. A dondoca que estava lá toda correndo, walkman, óculos, nem sabia o que era! Quer dizer, aí é uma coisa de política cultural...

Pesquisador – Alias, aconteceu esta semana uma reação interessante dos moradores da Freguesia do Ó, que reclamaram da SABESP, pois eles derrubaram aquela caixa d'água que tinha tornado-se um ponto de referência do bairro...

Prof. Edgard – Em alguns locais a sociedade civil já chega lá e faz. Quer ver uma coisa interessante no parque da Aclimação, ali tem uma associação dos usuários do parque, que é bem atuante e no Ibirapuera também, agora teve uma briga com o negócio do Niemeyer, que queria demolir o Pavilhão japonês, e aí os japoneses fizeram aquele movimento, a imigração, aquelas coisas todas de mobilização. Niemeyer me perdoe, mas não deve derrubar, e o conselho aprovou. Mas teve um movimento, os japoneses tiveram lá. É aí que a força étnica, etnológica, funciona muito bem, no sentido de preservar. A imigração japonesa não é um bando de japonês malucos que vieram para cá para fazer restaurante. Tem uma coisa a mais, tem as condições, tem não sei o quê, implantaram aqui uma cultura própria, numa parte da cidade mais identificada. Sabe, isso é importante para uma cidade como São Paulo...

Pesquisador – Nesse ponto, temos uma ambivalência curiosa: de um lado o conceito de patrimônio etnográfico considerado de modo pejorativo, de outro lado, o patrimônio etnológico considerado um conceito que precisa ser recuperado no país, p. ex., as memórias dos imigrantes e das minorias étnicas...

Prof. Edgard – Lógico...

Pesquisador – O CONDEPHAAT tombou a Vila Picinguaba e o inscreveu no volume etnográfico do Livro do Tombo (LAEP), junto com Cafundó e o Parque do Povo. No Livro do Tombo do IPHAN são inscritos na sequência de entrada dos processos. Em São Paulo já é diferente: cada volume tem uma categoria correspondente. É interessante isso, o processo é aprovado e classificado numa categoria específica: a Vila Picinguaba foi parar no volume etnográfico; o Candomblé Aché Ilê Obá, foi parar no livro histórico, por exigência do Movimento Negro Unificado (como no caso da Casa Branca de Salvador). Para o MNU isso simbolizaria o reconhecimento da religião negra, no mesmo patamar patrimonial que as igrejas católicas. Então, podemos concluir que hoje existe uma disputa política pelas categorias. Um grupo social vai lutar para que um bem cultural seja reconhecido com a etiqueta científica que lhe convenha: etnográfica, histórica, arqueológica, etc! Há uma concorrência e são os especialistas que dão este aval acadêmico e científico a essas etiquetas...

Prof. Edgard – Aí tem um problema sério com a redação aos decretos de tombamento, essa é uma outra questão. Por que os decretos; dependendo de quem redige pode ir numa direção...

Pesquisador – Foi o caso no terreiro do Aché Ilê Obá, foi garantido no texto que ele pode seguir com suas transformações. Ele tem uma história interessante, pois sai do espiritismo, passa pela umbanda e chega ao candomblé ketu. Nada o impossibilita de inventar novas tradições. Este terreiro é típico da trajetória religiosa afro-brasileira em São Paulo. O Sr. acha que neste caso, já que falamos em prospectiva, será que ele tem vocação para ser um futuro museu da religião afro-brasileira em São Paulo?

Prof. Edgard – Ah! Não tenho dúvida, acho que sim, tem pelo menos esta intenção...

Pesquisador – Então será que podemos dizer que a política do patrimônio ela tem como prospectiva, a constituição de futuros museus na Cidade e no Estado?

Prof. Edgard – Se a cidade continuar do jeito que está, vai ser museológico mesmo...

Pesquisador – Todos os tombamentos?

Prof. Edgard – Se continuar, mas eu espero que mude o paradigma. Eu espero! Hoje mesmo, por exemplo, eu falei com a mãe Silvia ao telefone. O sonho dela é fazer uma escola da *orixalidade*. E ela quer fazer uma escola que eu acho importantíssima do ponto de vista cultural. Ela quer colocar um pouco de

antropologia lá, entendeu, para aquele povo que vai lá e que tem com o axé uma relação, que não é só de *candomblesismo*, mas também é uma coisa atávica. Ela quer que eu vá lá um dia...

Pesquisador – Na verdade esse terreiro é essencialmente atávico...

Prof. Edgard – Claro, claro... Eu lembro que na minha gestão esse foi um dos casos mais complicados...

Pesquisador – Como tombar algo que muda muito?

Prof. Edgard – E mais do que isso - como tombar valores imateriais, um culto dos orixás? O que são, onde estão? Foi uma discussão interessante, demorou meses e meses, para a coisa enfim chegar a um acordo. Mas o que eu tenho observado, nesse conselho, parece que as vezes eu me excedo um pouco, digo que o pessoal é cartesiano, e o pessoal fica meio brabo lá, mas numa boa, n'ê? Eles acham que tem coisas que eu vou ser sempre contra - ah! Eu nem vou pedir seu voto, que eu já sei que é contra! Garagem subterrânea, voto contra. Eu acho que não tem que ampliar, nem favorecer a circulação de automobilística. Isso é paradigma, é pensamento, é reforma, e aí entra no conselho uma coisa complicada que é a seguinte, que eu não concordo, nunca concordei, nem quando era presidente, nem agora muito menos - ah! Mas a legislação não permite isso! - mas cabe ao órgão público propor novas legislações, propor novos caminhos, não adianta vir com - ah! Mas não pode! Nós não podemos legislar contra a ampliação de automóveis, tudo bem, mas podemos acautelar. Mas essa posição não anda...

Pesquisador – Por que acaba nas mãos dos advogados esse problema, não é? Não tem o departamento jurídico? São eles que interpretam a lei?

Prof. Edgard – Eles interpretam um pouco dependendo do ponto... Na minha gestão tinha um cara ótimo... mas noutro dia por exemplo, eu criei uma briga com o advogado, que eu disse no meu parecer que a procuradoria jurídica atua contra a preservação, ficaram aborrecidos. Nem lembro do que era exatamente... Por que é assim, a lei diz isso, o artigo da lei disse, x é x, não tem brecha nenhuma. Eles dizem: é por que nós vamos perder! O negócio da garagem da praça da República, o que aconteceu? A CET colocou um pepino lá que está meio parado, e o CONDEPHAAT aprovou. Eu acho que é pra reserva de memória, uma prospectiva. Mas o CONDEPHAAT vai e aprova, em 1999, uma garagem subterrânea na cidade, aprovou shoppings centers nos bairros! Em Higienópolis foi a mesma coisa, aprovou, dois ou três votos contra. Você vê, então há um arquétipo: de um lado os Conselhos ficam muito legisladores, ou então realmente a separação entre natureza-cultura não se consolida...

Mudança de fita - (...) Hoje eu penso que só a sociedade civil inteira, os órgãos de preservação, as ONG'S, façam uma frente contra o gover-

no, que eu não sei se... O Conselho de notáveis do IPHAN fez um protesto contra esse negócio do BID, mas são fumaças no ar...

Pesquisador – Diante do dilema colocado anteriormente sobre o cuidado com a crítica ao Decreto Lei 25/37 não ser usada a favor da promoção da desregulamentação do tombamento...

Prof. Edgard – Olha, nesse texto que eu escrevi, que esta no *pré-texto* das Oficinas Culturais da TV Cultura também, ali eu coloco que o tombamento deveria entrar agora numa nova fase. Você tem a fase *heróica* do Rodrigo de Mello Franco. Depois você tem a fase, digamos assim, científica, com Aloísio Magalhães; e tem uma terceira fase: que estou chamando de *civilizatória*. Isto é, no sentido mesmo de uma política de civilização que Prof. Edgard Morin defende, política da reforma o pensamento, no sentido de rejuntar as coisas, de refundar. Morin fala muito em refundação. Numa terceira *fase civilizatória*, se refundaria a noção de patrimônio histórico, cultural, ou seja, como um patrimônio que é bio-histórico-cultural. E aí os sistemas dos governos, as políticas se incumbiriam de pensar essa nova noção dentro do aparato do Estado, propondo assim reatualizações do texto legal desde 35. Re-propondo pontos da Constituição mesmo, dos artigos constitucionais, o federal e os estaduais, e fazendo trabalho pedagógico nas escolas, alguma coisa que fosse para as futuras gerações, uma perspectiva, que seria a memória nessas questões: numa política de civilização. Pelo menos foi isso que eu escrevi no meu último texto para a montagem do programa de TV. Como fazer isso realmente, aí, eu acho que com boa vontade política se faria, mas com essa mentalidade que está no Governo Federal, fica difícil! Se havia duzentas mil definições do conceito, falta uma ao governo, que certamente não é essa da cultura está ligada a um bem mercadológico. Esta coisa do cinema, você financiar *Central do Brasil*, é uma coisa diferente do que você financiar os Trapalhões, perdão: mas são coisas diferentes - ah! Mas uma vende mais que a outra - eu vou financiar os Trapalhões ao invés do *Central do Brasil*. Esse filme é um exemplo típico disso, porque que será que este filme entrou na sociedade, na cabeça da sociedade inteira. Eu tive a oportunidade de ver um negócio, agora em Natal, num projeto que eles tem lá, chamado de Cinema na Rua, promovido pela Pró-Reitoria de Extensão (que ainda tem lá, ainda bem), projetam os filmes brasileiros em telão de alta definição e levam para as zonas mais precárias da cidade. Assisti duas, a projeção de *A Ostra e o Vento*, na praia com uma comunidade de pescadores, cada um levou seu banco, e fica lá vendo. E eu vi também a exibição de *Central do Brasil* num desses locais, tinha velhos do local, misturados com turistas, cachorro e pipoqueiro, tudo junto vendo a tela. Eu vi cada cena! As pessoas se manifestavam e gritavam - aí Dora! - gente que não sabia nada, nem ler, nem nada. Gente que não têm informação educativa. Isso poderia perfeitamente ser feito com o patrimônio histórico. Natal, por exemplo, é uma cidade em que recentemente fotografei todo o

patrimônio histórico da cidade. A prefeita foi minha aluna, num curso de pós-graduação. Em Natal criou-se esta imagem - cidade de praia, é lambada, *axé music*, “la bundinha” e o resto - ninguém faz mais nada! Natal não tem um programa da secretaria de turismo e de cultura ligada ao Centro Histórico, que é bem pequeno, mínimo, com algumas bonitas igrejas, belos prédios, todos abandonados, os turistas não chegam lá, a não ser uns alemães. Quer dizer, a cidade não tem a projeção de Salvador e nem de Recife, então o pessoal fica na “bundinha”, enchendo a cara, bebendo na praia. Isso não é um programa que é educativo, para a própria cidade. Então, a fase civilizatória a que me referi seria isso. E eu concordo com você: a legislação de 1937 está ultrapassada pela própria realidade, são muitas coisas diferentes!

Pesquisador – Esta legislação foi um arranjo feito no Congresso para poder aprova-la...

Prof. Edgard – No Estado Novo...

Pesquisador – O ante-projeto de Mário de Andrade não seria aprovado naquela época...

Prof. Edgard – Mesmo a atual Constituição de 1988 tem artigos chochos...

Pesquisador – Mas ela tem aberturas, sugere outras formas de ação preservacionistas... Novembro do ano passado em Fortaleza (1998) aconteceu um seminário promovido pelo IPHAN, sobre o tema do Patrimônio Imaterial, com a coordenação de um grupo de que está articulando mudanças, como a criação de uma nova figura, concomitante a do tombamento tangível: tem advogados que estudam a proposta para ser encaminhada ao Congresso Nacional.

Prof. Edgard – Nesses casos, acho que bastaria uma ação do ministro da cultura, para desencadear um novo processo. Mas, ao contrário, eu tenho é vergonha de ter sido aluno dessa gente: F. Weffort, FHC, Ruth Cardoso! Sinto vergonha de ouvir o que eles estão dizendo. Eu acho que essas pessoas não dormem à noite...

Pesquisador – Professor agradecemos sua atenção. Muito obrigado!

1 Prof. Adjunto Antropologia, doutorado em Ciências Sociais/PUC/SP.

2 Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ligado ao Ministério da Cultura.

3 Oficinas Culturais na TV Cultura foi exibido no I Seminário de Licenciatura do Curso de Ciências Sociais em 2002.

4 Patrimônio Cultural Paulista: CONDEPHAAT, bens tombados 1968-98. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

5 Trata-se do Ante-Projeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional escrito por Mário de Andrade em 1936.